

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....43

1. Conceito e Origens do Direito Constitucional43
2. Natureza jurídica do Direito Constitucional44
3. Objeto, Classificação e ramos do Direito Constitucional.....44
4. Fontes do Direito Constitucional45

TÍTULO I

TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

CAPÍTULO I – CONSTITUIÇÃO.....49

1. Conceito e características49
2. Origens e breve panorama histórico-evolutivo da constituição no mundo52
3. Concepções tradicionais da Constituição.....54
 - 3.1. Concepção sociológica da Constituição55
 - 3.2. Concepção política da Constituição55
 - 3.3. Concepção jurídica da Constituição56
 - 3.4. Concepção cultural da Constituição.....57
4. Conteúdo da Constituição58
5. Classificação das Constituições59
 - 5.1. Quanto ao conteúdo.....59
 - 5.2. Quanto à forma.....60
 - 5.3. Quanto à sistemática60
 - 5.4. Quanto ao modo de elaboração.....61
 - 5.5. Quanto à origem.....62
 - 5.6. Quanto à estabilidade.....62
 - 5.7. Quanto à extensão.....64
 - 5.8. Quanto à ideologia.....64

- 5.9. Quanto à função (ou finalidade).....65
- 5.10. Quanto à origem da decretação.....65
- 5.11. Quanto ao sistema (ou predominância normativa)66
- 5.12. Quanto à correspondência com a realidade (critério ontológico).....66
- 5.13. Classificação da Constituição de 1988 na doutrina majoritária68
6. A Constituição e o seu papel.....68
 - 6.1. Constituição-lei.....69
 - 6.2. Constituição-fundamento (Constituição-total).....69
 - 6.3. Constituição-moldura69
 - 6.4. Constituição dúctil (Constituição suave).....69
7. Estrutura das Constituições.....69
 - 7.1. Preâmbulo70
 - 7.2. Parte Dogmática.....71
 - 7.3. Disposições Transitórias71
8. Elementos das Constituições.....72
9. Concepções Clássicas da Constituição.....73
 - 9.1. Constituição oral.....73
 - 9.2. Constituição jusnaturalista.....73
 - 9.3. Constituição positivista.....74
 - 9.4. Constituição marxista.....74
 - 9.5. A Constituição como garantia do status quo, de Ernst Forsthoff.....74
 - 9.6. A Constituição como instrumento de Governo, de Hennis.....75
 - 9.7. A Constituição como processo público de Peter Häberle.....75
 - 9.8. A Constituição como conjunto de normas fundamentais que constituem a identidade da ordem jurídica de uma sociedade e seu processo de realização, de Bäumlín.....76
 - 9.9. A Constituição como programa de integração e representação nacional, de Krüger.....76

9.10. A Constituição como ordem jurídica do processo de integração estatal, de Rudolf Smend.....	76	7. Constitucionalismo contemporâneo, Neoconstitucionalismo e Pós-positivismo.....	104
9.11. A Constituição como ordem jurídica fundamental, material e aberta de Konrad Hesse.....	77	7.1. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito.....	109
9.12. A Constituição como legitimação do poder soberano segundo a ideia de direito, de Georges Burdeau.....	78	7.2. Neoconstitucionalismo e vedação ao retrocesso.....	111
9.13. A Constituição como fim político fundamental sustentado pelas forças sociais dominantes, de Costantino Mortati.....	78	7.3. Neoconstitucionalismo e Constitucionalismo Progressista.....	113
9.14. A Constituição como norma fundamental, forma de governo e princípio de produção normativa, de Franco Modugno.....	78	7.4. Neoconstitucionalismo e Constitucionalismo Idílico.....	114
9.15. A Constituição como totalidade, normalidade e normatividade, de Hermann Heller.....	79	7.5. Críticas ao neoconstitucionalismo.....	115
10. Concepções contemporâneas da Constituição.....	79	8. Constitucionalismo globalizado.....	118
10.1. A Constituição Dirigente de J.J. Gomes Canotilho: conceito, crise, morte e constitucionalismo moralmente reflexivo.....	79	9. O (novo) constitucionalismo plurinacional da América Latina.....	118
10.2. A Constituição como Acoplamento Estrutural entre os sistemas político e jurídico de Niklas Luhmann.....	80	10. Constitucionalismo do Futuro.....	119
10.3. A Constituição Simbólica de Marcelo Neves.....	81	11. Transconstitucionalismo.....	120
10.4. A Constituição do Estado Democrático de Direito na teoria discursiva do direito de Jürgen Habermas.....	83	12. Constitucionalismo Popular.....	122
10.5. A Constituição Invisível, de Laurence Tribe.....	84	13. Constitucionalismo popular mediado.....	123
10.6. Estado Constitucional Cooperativo, de Peter Häberle.....	85	14. Constitucionalismo Democrático.....	125
10.7. A Desnacionalização (e desestatização) da Constituição, de Dieter Grimm.....	85	14.1. Contestação constitucional.....	125
11. Quadro Sinóptico.....	86	15. Constitucionalismo Autoritário.....	126
CAPÍTULO II – CONSTITUCIONALISMO.....	95	16. Constitucionalismo Abusivo.....	127
1. Introdução.....	95	17. Constitucionalismo digital.....	129
2. Origem.....	96	18. Conceitos e teorias contemporâneas sobre o Constitucionalismo.....	130
3. Constitucionalismo primitivo.....	96	18.1. Constitucionalismo Termidoriano (ou Girondino) e Constitucionalismo Whig.....	130
4. Constitucionalismo Antigo.....	97	18.2. Constitucionalismo funcional e constitucionalismo aspiracional.....	131
5. Constitucionalismo Medieval.....	99	18.3. Constitucionalismo aversivo (aversive constitutionalism).....	132
6. Constitucionalismo Moderno.....	101	18.4. Constitucionalismo Tardio.....	132
6.1. Constitucionalismo Liberal e Constitucionalismo Social.....	102	18.5. Narcisismo constitucional.....	133
		18.6. O Futuro do Constitucionalismo, segundo Dieter Grimm.....	134
		18.7. Vazio Constitucional, Ilhas de Constitucionalidade e Constitucionalismo Societal, de Gunther Teubner.....	134
		18.8. Constitucionalismo Ambiental, Ecológico ou Verde.....	136

18.9. Constitucionalismo Transformador, de Bo- aventura de Souza Santos.....	137	5.4. Poder Constituinte Reformador e Direitos Adquiridos.....	171
18.10. Constitucionalismo "Revolucionário" ou "Crítico", de Antonio Negri.....	137	6. Poder Constituinte Revisor.....	171
18.11. Constitucionalismo Feminista.....	138	7. Poder Constituinte Decorrente.....	172
18.12. Constitucionalismo Negro.....	139	7.1. Características.....	172
18.13. Constitucionalismo Teocrático.....	140	7.2. Limites ao Poder Constituinte Decorrente: princípio da simetria, normas de observân- cia obrigatória e normas de reprodução obrigatória.....	173
18.14. Constitutional hardball (jogo duro ou jogo sujo constitucional).....	141	7.3. Nos Estados-Membros.....	175
18.15. Constitutional rot (podridão ou deteriora- ção constitucional).....	142	7.4. No Distrito Federal?.....	175
18.16. Constitucionalismo huehue ou Constitu- cionalismo griefer.....	142	7.5. Nos Municípios?.....	176
18.17. Panconstitucionalismo ou Hiperconstitu- cionalismo.....	143	7.6. Nos Territórios Federais?.....	177
19. Quadro Sinóptico.....	144	8. Poder Constituinte Supranacional.....	177
CAPÍTULO III- PODER CONSTITUINTE.....	151	9. Poder Constituinte e Patriotismo Constitu- cional.....	178
1. Conceito e Origem.....	151	10. Crowdsourced Constitution.....	179
2. Espécies.....	151	11. Mutação Constitucional (Poder Constituinte Difuso).....	180
3. Poder Constituinte Originário.....	152	11.1. Mudança Constitucional por Desuso, de Richard Albert.....	186
3.1. Natureza.....	152	12. Momentos de transformação constitucional e desmembramento constitucional.....	187
3.2. Titularidade.....	153	13. Hiato Constitucional.....	188
3.3. Formas de Expressão/Exercício.....	154	14. Quadro Sinóptico.....	189
3.3.1. <i>Bootstrapping</i> constitucional.....	155	CAPÍTULO IV- DIREITO CONSTITUCIONAL INTERTEMPORAL.....	199
3.4. Classificação.....	155	1. A entrada em vigor de uma Constituição Nova.....	199
3.5. Características.....	156	1.1. <i>Vacatio Constitutionis</i>	199
3.6. Poder Constituinte Originário e Direitos Adquiridos.....	158	2. Revogação da Constituição Anterior.....	200
4. Poder Constituinte Derivado.....	159	3. Recepção.....	200
4.1. Características.....	159	3.1. Recepção e inconstitucionalidade super- veniente das normas infraconstitucionais ...	201
4.2. Espécies.....	159	3.2. Recepção e Ações de Controle de Con- stitucionalidade.....	202
5. Poder Constituinte Reformador.....	160	3.3. Recepção e alteração da distribuição de competências dos entes federativos.....	202
5.1. Limites Expressos.....	160	3.4. Recepção e Poder Constituinte Reformador.....	203
5.1.1. Limites Temporais.....	161	3.5. Recepção de lei anteriormente inconsti- tucional não declarada inválida.....	204
5.1.2. Limites Circunstanciais.....	161		
5.1.3. Limites Formais.....	162		
5.1.4. Limites Materiais.....	163		
5.2. Limites Implícitos.....	169		
5.3. Normas Constitucionais Inconstitucionais?.....	170		

3.6.	Recepção total e parcial.....	204
3.7.	Efeitos da decisão do STF que declara a recepção ou a não recepção	204
3.8.	Recepção provisória de lei considerada "ainda" constitucional: não recepção por inconstitucionalidade progressiva.....	205
3.9.	Requisitos para a recepção das normas infraconstitucionais no direito brasileiro.....	205
4.	Repristinação	205
4.1.	Repristinação legal.....	206
4.2.	Repristinação constitucional.....	206
4.3.	Efeito repristinatório no direito constitucional.....	207
5.	Desconstitucionalização	208
6.	Recepção Material de Normas Constitucionais	209
7.	Constitucionalidade Superveniente	210
8.	Usucapião de Constitucionalidade	210
9.	Quadro Sinóptico	211

CAPÍTULO V- NORMAS CONSTITUCIONAIS..... 215

1.	A Constituição como sistema aberto de regras e princípios.....	215
1.1.	Características das normas constitucionais.	216
2.	A concepção da norma jurídica de Ronald Dworkin: conceito, espécies, aplicação e conflitos	217
3.	A concepção da norma jurídica de Robert Alexy: conceito, espécies, aplicação e conflitos.....	219
4.	A concepção da norma jurídica de Humberto Ávila.....	223
5.	Os principais critérios de diferenciação entre princípios, regras e postulados	232
5.1.	Hard Cases (Casos Díficeis).....	234
5.2.	Derrotabilidade ou Superabilidade (defeasibility) das normas constitucionais.....	235
6.	Os Princípios Constitucionais.....	237
6.1.	As concepções tradicionais de princípios....	238
6.2.	As concepções contemporâneas de princípios	239
6.3.	As principais funções dos princípios no sistema jurídico.....	240

6.4.	Classificação dos princípios.....	241
6.4.1.	Classificação dos princípios constitucionais.....	244
6.5.	O pamprinciologismo	245
7.	Classificações das normas constitucionais	247
7.1.	Esclarecimentos terminológicos: existência, validade, eficácia, efetividade, vigência, vigor e aplicabilidade.	247
7.2.	Bases históricas: teoria americana e teoria italiana	250
7.3.	A classificação das normas constitucionais de José Afonso da Silva.....	250
7.4.	A classificação das normas constitucionais de Uadi Lammêgo Bulos.....	253
7.5.	A classificação das normas constitucionais de Carlos Ayres Britto e Celso Ribeiro Bastos	254
7.6.	A classificação das normas constitucionais de Maria Helena Diniz	255
7.7.	A classificação das normas constitucionais de Luís Roberto Barroso.....	256
7.8.	Críticas às classificações das normas constitucionais.....	256
7.9.	Eficácia jurídica das normas constitucionais programáticas.....	257
8.	Retroatividade das normas constitucionais: retroatividade máxima, média e mínima.....	259
8.1.	Retroatividade autêntica e inautêntica (ou retrospectividade).....	261
9.	Quadro Sinóptico.....	261

CAPÍTULO VI- HERMENÊTICA CONSTITUCIONAL..... 269

1.	Breve panorama histórico da hermenêutica: da antiguidade clássica até os giros hermenêutico e linguístico	269
2.	Lições básicas de hermenêutica jurídica clássica: interpretação, aplicação, integração e construção.....	278
2.1.	O texto e a norma	281
2.2.	A relação entre Interpretação e Aplicação..	282
2.3.	Os Métodos Clássicos da Interpretação Jurídica (Savigny e Ihering).....	282

2.4.	As espécies de Interpretação na Hermenêutica Clássica.....	283	6.1.	Integração Normativa da Constituição.....	315
2.5.	A hermenêutica jurídica no positivismo jurídico: positivismo legalista, positivismo normativista (Hans Kelsen), positivismo contemporâneo (exclusivista e inclusivista) e não positivismo.....	284	6.2.	Silêncio Eloquente.....	315
3.	A crise da hermenêutica jurídica clássica e o surgimento de uma nova hermenêutica constitucional.....	290	7.	Construção Constitucional.....	316
4.	Interpretação Constitucional.....	292	8.	Teorias hermenêuticas e jurisdição constitucional: legitimidade, ativismo, democracia, técnica, controle das decisões e a “resposta correta”.....	319
4.1.	Princípios de Interpretação e Aplicação da Constituição.....	293	8.1.	As correntes interpretativistas e não interpretativistas no direito estadunidense....	319
4.1.1.	Supremacia da Constituição.....	293	8.2.	Teoria Originalista e Não Originalista: mens legislatoris x mens legis.....	320
4.1.2.	Presunção de Constitucionalidade das leis.....	293	8.3.	Procedimentalismo e Substancialismo.....	321
4.1.3.	Interpretação conforme à Constituição...	294	8.4.	A interpretação constitucional e a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição, de Peter Häberle.....	322
4.1.4.	Unidade da Constituição.....	295	8.5.	A interpretação constitucional viva (Living Constitution), de David Strauss.....	323
4.1.5.	Razoabilidade ou proporcionalidade.....	296	8.6.	A hermenêutica constitucional garantidora dos procedimentos democráticos, de John Hart Ely.....	324
4.1.6.	Máxima Efetividade das Normas Constitucionais.....	299	8.7.	O direito como integridade e a leitura moral da Constituição, de Ronald Dworkin	325
4.1.7.	Efeito Integrador.....	299	8.8.	A hermenêutica constitucional de Robert Alexy: ponderação e teoria da argumentação.....	328
4.1.8.	Concordância Prática (ou harmonização).....	300	8.9.	A hermenêutica constitucional minimalista e as personas constitucionais, de Cass Sunstein.....	332
4.1.9.	Conformidade funcional (exatidão funcional/correção funcional/“justeza”).....	301	8.10.	Escolhas Constitucionais, de Laurence Tribe.....	334
4.1.10.	Respeito às razões públicas (John Rawls).....	301	8.11.	A virada institucional na interpretação do direito, de Adrian Vermeule.....	335
4.1.11.	Cosmopolitismo.....	303	8.12.	A análise econômica do direito, de Richard Posner.....	336
4.2.	Métodos de Interpretação Constitucional...	304	8.13.	O pragmatismo jurídico na interpretação constitucional (hermenêutica constitucional pragmatista).....	338
4.2.1.	Método Jurídico (hermenêutico clássico).....	304	8.14.	O realismo jurídico na interpretação constitucional.....	339
4.2.2.	Método tópico-problemático (tópica)...	304	8.15.	Judicialização da Política e Ativismo Judicial: judicial review, função contramajoritária, legitimidade democrática, ponto cego legislativo, patologia constitucional, erosão constitucional, supremocracia,	
4.2.3.	Método hermenêutico-concretizador...	305			
4.2.4.	Método científico-espiritual (valorativo/sociológico).....	307			
4.2.5.	Método normativo-estruturante.....	307			
4.2.6.	Método comparativo.....	309			
4.2.7.	Revolta contra o método na hermenêutica constitucional.....	310			
5.	Aplicação Constitucional.....	311			
6.	Integração Constitucional.....	313			

ministrocracia, ativismo, passivismo, neutralidade e autocontenção.....	342
8.15.1. Quem tem a última palavra sobre a Constituição? Judicial Supremacy, Judicial Sovereignty, Parliamentary Sovereignty e o diálogo constitucional (última palavra provisória)	348
8.15.2. Judicialização da Política e efeito backlash.....	351
8.15.3. Judicialização da Política e reversão legislativa da jurisprudência.....	352
8.15.4. Judicialização da Política e a chamada "doutrina Chenery".....	353
8.15.5. Judicialização da Política e a chamada "doutrina Chevron".....	354
8.15.6. Críticas de Jeremy Waldron ao judicial review e à judicial supremacy, desacordo moral razoável, legitimidade democrática e soberania popular.....	355
8.15.7. Pareidolia em textos constitucionais vagos e apostasia em textos constitucionais precisos.....	357
9. Quadro Sinóptico	359

CAPÍTULO VII – HISTÓRICO DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS..... 367

1. A Constituição de 1824.....	367
2. A Constituição de 1891.....	368
3. A Constituição de 1934.....	370
4. A Constituição de 1937.....	371
5. A Constituição de 1946.....	373
6. A Constituição de 1967.....	374
7. A Constituição de 1969 (Emenda Constitucional N° 1, de 1969).....	375
8. A Constituição de 1988.....	376
9. Quadro Sinóptico	378

TÍTULO II PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO VIII – PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS..... 383

1. Princípios Fundamentais	383
2. Princípios Estruturantes.....	383
2.1. Princípio Republicano.....	384
2.2. Princípio Federalista	384
2.3. Princípio do Estado Democrático de Direito	385
2.4. Soberania Popular.....	386
2.5. Separação dos poderes.....	387
3. Os fundamentos da República Federativa do Brasil.....	388
3.1. Soberania	389
3.2. Cidadania.....	389
3.3. O princípio da dignidade da pessoa humana.....	390
3.3.1. Os marcos fundamentais da dignidade da pessoa humana	391
3.3.2. As principais dimensões da dignidade da pessoa humana	394
3.3.3. O princípio fundamental da dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais na Constituição de 1988....	397
3.4. Valores Sociais do Trabalho e Livre Iniciativa.....	400
3.5. Pluralismo Político.....	401
4. Os objetivos da República Federativa do Brasil.....	402
5. Princípios regentes das relações internacionais	403
6. Quadro Sinóptico	408

TÍTULO III DIREITOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO IX – TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS..... 411

1. Introdução.....	411
--------------------	-----

2.	Delimitação conceitual	411	10.2.	Tratados Internacionais aprovados nos termos do § 3º do art. 5º da CF/88	443
3.	Antecedentes históricos e evolução dos direitos fundamentais.....	414	11.	O § 4º do art. 5º e a submissão do Brasil ao Tribunal Penal Internacional.....	444
3.1.	As gerações dos direitos fundamentais.....	416	11.1.	Princípios do Tribunal Penal Internacional..	444
4.	Características dos direitos fundamentais.....	419	11.2.	Competência do Tribunal Penal Internacional.....	445
4.1.	Relatividade	420	11.3.	A Entrega	446
4.2.	Imprescritibilidade e Incaducabilidade	422	12.	O § 1º do art. 5º: aplicabilidade imediata dos direitos fundamentais	447
4.3.	Inalienabilidade (indisponibilidade ou intransmissibilidade).....	422	12.1.	Eficácia Vinculante, Eficácia Irradiante e Eficácia Processual dos direitos fundamentais	448
4.4.	Irrenunciabilidade	422	13.	A eficácia horizontal dos direitos fundamentais (ou os direitos fundamentais nas relações privadas).....	449
4.5.	Personalidade.....	423	13.1.	A eficácia diagonal dos direitos fundamentais	451
4.6.	Vitaliciedade	423	13.2.	A eficácia vertical com repercussão lateral dos direitos fundamentais	451
4.7.	Inviolabilidade.....	423	14.	Os titulares dos direitos fundamentais.....	452
4.8.	Universalidade: planos, universalidade de chegada e de saída, cosmopolitismo	423	14.1.	Titulares e destinatários dos direitos fundamentais.....	452
4.9.	Efetividade	425	14.2.	A pessoa humana como titular dos direitos fundamentais na CF/88: brasileiros (natos e naturalizados) e estrangeiros (residentes e não residentes).....	452
4.10.	Interdependência e Complementaridade ...	425	14.2.1.	Direitos Fundamentais dos Nascituros?.....	454
4.11.	Historicidade	426	14.2.2.	Direitos fundamentais dos Mortos?	455
4.12.	Vinculação dos Poderes Públicos	426	14.3.	Direitos fundamentais de pessoas jurídicas?	456
4.13.	Aplicabilidade Imediata	426	14.4.	Direitos fundamentais de pessoas jurídicas de direito público?	457
4.14.	Cláusulas pétreas	426	14.4.1.	Direitos fundamentais de pessoas jurídicas de direito público contra particulares?	458
4.15.	Inesgotabilidade	427	14.5.	Direitos fundamentais dos entes despersonalizados?	458
5.	Os quatro status de George Jellinek	427	14.6.	Direitos fundamentais dos animais?	458
6.	As funções dos direitos fundamentais.....	428	15.	Suporte fático dos direitos fundamentais.....	461
7.	As dimensões subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais.....	430	15.1.	Elementos do suporte fático	461
8.	Fundamentos dos Direitos Fundamentais.....	430	15.2.	Espécies (teorias) de suporte fático.....	463
9.	A cláusula de abertura material dos direitos fundamentais (§ 2º do art. 5º) e os direitos fundamentais atípicos.....	432			
9.1.	As fontes dos direitos fundamentais atípicos	433			
9.2.	Possibilidades constitucionais de identificação e construção dos direitos fundamentais atípicos.....	434			
9.3.	Limites dos Direitos Fundamentais Atípicos e Direitos Fundamentais Putativos	437			
10.	O § 3º do art. 5º e a hierarquia dos tratados internacionais de direitos humanos.....	439			
10.1.	O conceito de bloco de constitucionalidade	442			

16. Conteúdo Essencial.....	463	3.8.1. Disposição do próprio corpo em vida e após a morte: transplantes.....	502
17. Restrição aos direitos fundamentais.....	465	3.8.2. Tatuagens, piercings, implantes corporais, cirurgias plásticas, suspensão corporal e demais transformações corporais.....	502
17.1. Os limites (ou restrições) aos direitos fundamentais.....	465	3.8.3. Transgenitalização: cirurgia de redesignação sexual ou (re)adequação sexual.	503
17.2. Formas de limitação (restrição) dos direitos fundamentais.....	467	4. Direito à liberdade	504
17.3. Os limites dos limites dos direitos fundamentais	469	4.1. Liberdade de ação	506
18. Colisões entre direitos fundamentais e ponderação de princípios	471	4.2. Liberdade de expressão e de manifestação do pensamento.....	506
18.1. Críticas ao uso da ponderação de princípios e da regra da proporcionalidade na hermenêutica dos direitos fundamentais....	473	4.2.1. Modelo Estadunidense: mercado livre de ideias, teste de Brandenburg (ação ilegal iminente), doutrina das Fighting words, casos de obscenidade e Miller test	506
19. Direitos fundamentais e reforma constitucional	473	4.2.2. Modelo Alemão.....	509
20. Deveres Fundamentais.....	475	4.2.3. Modelo Brasileiro.....	511
20.1. Tipologia dos deveres fundamentais	475	4.2.4. Liberdade de expressão intelectual, artística, científica e de comunicação..	515
21. Quadro Sinóptico	476	4.2.5. A vedação ao anonimato na manifestação do pensamento.....	520
CAPÍTULO X - DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS..... 489		4.2.6. O direito de resposta.....	520
1. Direitos e Garantias	489	4.2.7. A criminalização da manifestação abusiva do pensamento.....	521
2. Direitos Individuais e Direitos Transindividuais (difusos e coletivos).....	489	4.2.8. A vedação da censura e a desnecessidade de licença para a manifestação do pensamento.....	522
3. Direito à vida.....	490	4.2.9. Liberdade de expressão: caráter preferencial e (in)tolerância	523
3.1. O direito à vida pode ser restringido?.....	491	4.2.10. Discurso de ódio e liberdade de expressão.....	529
3.2. O nascituro possui direito a vida?.....	491	4.2.11. Mensagens falsas e liberdade de expressão e de informação.....	532
3.3. Direito ao aborto?	492	4.2.12. Divulgação e compartilhamento de fatos sabidamente inverídicos ou gravemente descontextualizados que atinjam a integridade do processo eleitoral.....	534
3.3.1. O aborto e o início da vida humana....	492	4.2.13. Biografias não autorizadas e liberdade de expressão.....	535
3.3.2. Evolução jurisprudencial sobre o aborto durante a vigência da CF/88.....	493		
3.4. Direito à morte digna? Eutanásia e Suicídio Assistido	495		
3.5. Clonagem.....	497		
3.6. Abate de Aeronaves.....	497		
3.7. Vedação à tortura e a tratamentos desumanos ou degradantes.....	498		
3.7.1. A proibição da tortura é direito absoluto? O cenário da bomba relógio....	499		
3.7.2. O uso de algemas como tratamento degradante	500		
3.8. Direito à integridade física e psíquica.....	501		

4.2.14.	Charges políticas, humor durante o processo eleitoral e a liberdade de expressão.....	535	4.3.16.	Sacrifício de animais em cerimônias religiosas	552
4.2.15.	As limitações à liberdade de expressão da Lei Geral da Copa.....	536	4.3.17.	Ameaça de mal religioso	553
4.2.16.	Dossiês contra agentes públicos que aderiram ao movimento antifascista.....	536	4.3.18.	Liberdade religiosa, rejeição, medo e aversão a outras fés	553
4.2.17.	Liberdade de expressão e restrição à difusão de produto audiovisual em plataforma de “streaming” – o caso “Especial de Natal Porta dos Fundos: A Primeira Tentação de Cristo”.....	537	4.3.19.	Proselitismo religioso e discurso de ódio.....	554
4.2.18.	Liberdade de expressão, humor e racismo recreativo	538	4.3.20.	Limitações aos cultos presenciais durante a pandemia da COVID-19.....	557
4.3.	Liberdade Religiosa.....	540	4.3.21.	Vestimentas religiosas, identidade oficial e segurança	558
4.3.1.	Estado Laico: origens, conceito, delimitação e “Lemon Test”	540	4.4.	Liberdade de exercício profissional	558
4.3.2.	Liberdade de consciência, de crença e de culto	542	4.5.	Liberdade de informação	559
4.3.3.	Escusa de consciência.....	543	4.5.1.	Liberdade de informação jornalística.....	561
4.3.4.	O direito à prestação de assistência religiosa.....	546	4.6.	Liberdade de locomoção	565
4.3.5.	Imunidade tributária religiosa.....	546	4.6.1.	Cobrança de pedágios em rodovias e vias públicas	566
4.3.6.	Ensino religioso nas escolas	546	4.6.2.	Condução Coercitiva de investigados e réus.....	566
4.3.7.	Feriados religiosos.....	547	4.6.3.	Restrições à liberdade de locomoção durante a pandemia da COVID-19: lockdown e toque de recolher.....	566
4.3.8.	Casamento perante autoridades religiosas.....	548	4.6.4.	Passaporte sanitário (ou da vacina)	567
4.3.9.	Curandeirismo	548	4.7.	Liberdade de reunião	568
4.3.10.	Símbolos religiosos em repartições públicas	548	4.7.1.	Marcha da Maconha.....	570
4.3.11.	Obrigação de instituições públicas manterem exemplares de livro religioso.....	549	4.8.	Liberdade de associação	571
4.3.12.	Guarda sabática e designação de datas diversas para realização de provas de concurso público	549	5.	Direito à Igualdade.....	573
4.3.13.	A expressão “sob a proteção de Deus” no preâmbulo da Constituição.....	549	5.1.	Direito Antidiscriminatório.....	578
4.3.14.	A expressão “Deus seja louvado” nas cédulas de Real.....	550	5.1.1.	Normas de Direito Antidiscriminatório	580
4.3.15.	Recusa de transfusão sanguínea por testemunhas de Jeová	550	5.1.2.	Preconceito, discriminação, racismo e outros termos correlatos.....	581
			5.1.3.	Racismo reverso? Discriminação contra maiores? Só o racismo estrutural é racismo?	583
			5.2.	Igualdade entre homens e mulheres.....	589
			5.3.	Igualdade e direitos das pessoas LGBTQ+.....	591
			5.3.1.	O reconhecimento das famílias LGBTQ+: união civil, adoção, direitos de família, sucessórios e correlatos.....	591
			5.3.2.	Direitos civis, políticos e sociais das pessoas LGBTQ+	592

5.3.3.	A criminalização da homotransfobia.....	593	7.4.	Propriedade Intelectual.....	633
5.3.4.	Identitarismo progressista, identidade trans e direitos das pessoas trans	594	7.5.	Direito à herança	634
5.3.5.	Uso de banheiro por pessoas trans-gênero.....	599	8.	Direito à privacidade.....	634
5.3.6.	Linguagem de gênero (linguagem neutra ou inclusiva).....	600	8.1.	Direito à intimidade.....	636
5.3.7.	Educação de gênero (ou educação sobre identidade de gênero) e a “doutrinação de gênero”	602	8.2.	Direito à vida privada	636
5.3.8.	Críticas da doutrina brasileira à criação judicial dos direitos LGBTQ+	603	8.3.	Direito à honra	636
5.4.	Igualdade e Direitos das Pessoas com Deficiência (PCD) e da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA)	607	8.4.	Direito à imagem	637
5.4.1.	Eugenia Capacitista e Aborto Eugênico de Pessoas com Deficiência	613	8.5.	Restrições ao direito à privacidade.....	637
5.5.	Igualdade e Ações Afirmativas.....	614	8.6.	Direito ao esquecimento.....	638
5.6.	Igualdade e critérios de admissão em concurso público.....	617	8.7.	Inviolabilidade do domicílio.....	640
5.7.	Prisão Especial.....	620	8.8.	Sigilos pessoais	644
6.	Direito à segurança.....	620	8.8.1.	Sigilo de correspondência	644
6.1.	Segurança Jurídica	622	8.8.2.	Sigilo de dados	645
6.2.	Garantias fundamentais relacionadas à segurança jurídica	624	8.8.2.1.	Sigilo de dados bancários	646
6.2.1.	Princípio da legalidade	624	8.8.2.2.	Sigilo de dados fiscais.....	648
6.2.2.	Limites à retroatividade da lei.....	625	8.8.2.3.	Sigilo de dados telefônicos.....	649
6.2.2.1.	Direito adquirido	626	8.8.3.	Sigilo das comunicações	649
6.2.2.2.	Ato jurídico perfeito	627	8.8.3.1.	Sigilo das comunicações telegráficas	650
6.2.2.3.	Coisa julgada	627	8.8.3.2.	Sigilo das comunicações telefônicas	650
6.3.	Direito à Segurança Pessoal e Porte de Armas de Fogo: existe um direito fundamental à posse ou porte de armas?.....	629	8.8.4.	Gravação clandestina	651
7.	Direito à propriedade	630	8.8.5.	Gravação ostensiva sem consentimento das pessoas gravadas	653
7.1.	Função social da propriedade.....	631	8.9.	Direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.....	654
7.2.	Intervenção do Estado na propriedade privada	631	8.9.1.	Sigilo de dados telemáticos (informáticos).....	655
7.2.1.	Intervenção supressiva: desapropriação.....	631	8.9.2.	Sigilo das comunicações telemáticas (informáticas).....	658
7.2.2.	Intervenções restritivas.....	632	8.9.2.1.	Compartilhamento e divulgação de conversas telemáticas (conversas por SMS, WhatsApp e outros aplicativos de conversa ou chamada)	659
7.3.	A impenhorabilidade da pequena propriedade rural familiar.....	633	8.9.3.	Os provedores de internet são obrigados a guardar os dados pessoais de seus usuários?.....	660
			8.9.4.	Compartilhamento de dados pessoais no âmbito da Administração Pública Federal.....	660

8.9.5. Requisição de dados telemáticos, por autoridades judiciais brasileiras, diretamente a provedores no exterior 661	13.12. Princípio da presunção de inocência..... 693
8.9.6. Remoção global (mundial) de conteúdo da internet por ordem de autoridade judicial brasileira..... 662	13.13. Do direito de não ser submetido à identificação criminal..... 695
9. Defesa do Consumidor 662	13.14. Do direito a promoção da ação penal privada subsidiária da pública..... 696
10. Direito de petição e obtenção de certidões..... 662	13.15. Dos direitos e garantias do preso..... 696
11. Gratuidade das certidões de nascimento e de óbito..... 663	13.15.1. Exame de DNA forçado e exame de DNA obrigatório: restrições aos direitos de não autoincriminação e à integridade física e moral..... 698
12. Direitos e garantias fundamentais processuais. 664	13.16. Da vedação da prisão civil..... 700
12.1. Devido processo legal 664	13.17. Responsabilidade do Estado por erro judiciário e por manter pessoa presa além do tempo da sentença..... 701
12.2. Contraditório 665	13.18. Princípio da alteridade e a aquisição e o cultivo de plantas ou substâncias psicotrópicas para uso recreativo e fins terapêuticos..... 701
12.3. Ampla Defesa..... 666	13.19. Princípio da intervenção penal mínima e a inconstitucionalidade das contravenções penais..... 704
12.4. Acesso à Justiça..... 668	14. Quadro Sinóptico 705
12.5. Duplo grau de jurisdição 669	CAPÍTULO XI – DIREITOS SOCIAIS 719
12.6. Publicidade 670	1. Conceito..... 719
12.7. Motivação 671	2. Notas históricas..... 719
12.8. Juiz natural, independente e imparcial 673	3. Características 720
12.8.1. Inquérito das Fake News..... 674	4. O Mínimo Existencial..... 721
12.9. Inadmissibilidade das provas ilícitas 676	5. A Reserva do Possível..... 722
12.10. Duração razoável do processo 677	5.1. Teoria das escolhas trágicas..... 724
13. Direitos e garantias fundamentais penais..... 678	6. O princípio da observância do núcleo essencial dos direitos fundamentais sociais 725
13.1. Tribunal do Júri..... 678	7. O princípio da utilização do máximo dos recursos possíveis..... 725
13.2. Da legalidade e anterioridade da lei penal. 681	8. O princípio da implementação progressiva..... 725
13.3. Da irretroatividade da lei penal 682	9. O princípio da proibição de retrocesso social.. 725
13.4. Da criminalização do racismo..... 683	10. Classificação dos direitos sociais..... 725
13.5. Dos crimes inafiançáveis e insusceptíveis de graça ou anistia..... 684	11. Direitos sociais em espécie..... 726
13.6. Da criminalização da ação de grupos armados contra a ordem constitucional democrática 686	11.1. Direito à educação 726
13.7. Da individualização da pena e responsabilidade do condenado..... 687	11.2. Direito à saúde..... 727
13.8. Das penas vedadas..... 689	11.3. Direito à alimentação..... 727
13.9. Do respeito à integridade física e moral dos presos 691	11.4. Direito ao trabalho 728
13.10. Do direito à amamentação dos filhos das presidiárias 691	
13.11. Princípio da não extradição..... 692	

11.5. Direito à moradia.....	728	11.2. Transferência de Execução da Pena	760
11.6. Direito ao transporte	729	11.3. Transferência de Pessoa Condenada	761
11.7. Direito ao lazer.....	729	12. Medidas de retirada compulsória	762
11.8. Direito à segurança	729	12.1. Expulsão	762
11.9. Direito à previdência social.....	730	12.2. Deportação.....	764
11.10. Direito à proteção à maternidade e à infância.....	730	12.3. Repatriação	764
11.11. Direito à assistência aos desamparados.....	730	13. Direito de permanecer no Brasil	765
11.12. Direito à renda básica familiar	730	13.1. Asilo político.....	766
12. Direitos do trabalhador.....	731	13.2. Refúgio.....	767
12.1. Direitos fundamentais individuais do tra- balhador.....	732	14. A língua e os símbolos nacionais	768
12.2. Direitos fundamentais coletivos do traba- lhador.....	737	15. Supranacionalidade.....	769
12.2.1. Direito de associação profissional ou sindical.....	737	16. Quadro Sinóptico	770
12.2.2. Direito de greve.....	738	CAPÍTULO XIII – DIREITOS POLÍTICOS	775
12.2.3. Direito de participação.....	739	1. Conceito.....	775
12.2.4. Direito de representação classista.....	739	2. Classificação dos direitos políticos.....	775
13. Metodologia Fuzzy e Camaleões Normativos na abordagem jurídica dos direitos sociais	739	3. Direitos Políticos Positivos	775
14. Quadro Sinóptico	741	3.1. Direito de sufrágio.....	776
CAPÍTULO XII – DIREITOS DE NACIONALI- DADE.....	745	3.1.1. Espécies de sufrágio.....	776
1. Conceitos fundamentais	745	3.1.2. O voto.....	778
2. Espécies de nacionalidade.....	746	3.1.3. Alistabilidade (ou capacidade eleitoral ativa).....	779
3. Critérios para aquisição da nacionalidade primária.....	746	3.1.4. Elegibilidade (ou capacidade eleitoral passiva).....	780
4. Critérios para aquisição da nacionalidade secundária.....	746	3.1.5. Sistemas eleitorais.....	781
5. O polipátrida e o apátrida.....	747	3.2. Plebiscito	783
6. Os brasileiros natos.....	747	3.3. Referendo.....	784
7. Os brasileiros naturalizados	750	3.4. Consultas Populares durante as eleições municipais	785
8. O português equiparado (quase nacionalidade) 752		3.5. Iniciativa popular de lei	785
9. Distinções entre brasileiros natos e naturali- zados.....	753	3.6. Ação Popular.....	785
10. Perda da nacionalidade	755	3.7. Direito de organização e participação em partidos políticos.....	786
11. Medidas de Cooperação.....	757	4. Direitos Políticos Negativos	786
11.1. Extradicação	758	4.1. Inelegibilidades.....	786
		4.1.1. Inelegibilidade absoluta.....	786
		4.1.2. Inelegibilidade relativa	787
		4.1.2.1. Inelegibilidade relativa em razão da função.....	787

4.1.2.2.	Inelegibilidade relativa em razão do parentesco (Inelegibilidade reflexa).....	789	2.	Formas de Estado, Formas de Governo, Sistemas de Governo e Regimes de Governo.....	821
4.1.2.3.	Inelegibilidade relativa legal.....	792	2.1.	Formas de Estado.....	821
4.1.3.	O militar e a (in)elegibilidade.....	793	2.1.1.	Estado Unitário.....	821
4.1.4.	Inelegibilidades impostas a ocupantes de certos cargos públicos.....	794	2.1.2.	Estado Regional.....	822
4.2.	Perda dos direitos políticos.....	794	2.1.3.	Estado Autônômico.....	822
4.3.	Suspensão dos direitos políticos.....	795	2.1.4.	Estado Federal.....	822
5.	Ação de Impugnação de Mandato Eletivo.....	797	2.1.5.	Confederação.....	823
6.	Princípio da Anterioridade (ou Anualidade) Eleitoral.....	798	2.2.	Formas de Governo.....	824
7.	Partidos Políticos.....	799	2.2.1.	Classificação de Aristóteles.....	824
7.1.	Conceito.....	799	2.2.2.	Classificação de Maquiavel.....	824
7.2.	Natureza jurídica e requisitos para criação.....	799	2.3.	Sistemas de Governo.....	826
7.3.	Liberdade e Autonomia Partidária.....	800	2.3.1.	Presidencialismo.....	827
7.3.1.	Coligações partidárias.....	801	2.3.2.	Parlamentarismo.....	827
7.3.2.	(In) fidelidade partidária.....	801	2.3.3.	Semipresidencialismo.....	828
7.4.	Direito aos recursos do fundo partidário, direito de antena (acesso ao rádio e à televisão) e a cláusula de barreira.....	802	2.3.4.	Diretorialismo ou Convencionalismo.....	829
7.5.	Financiamento de campanha.....	803	2.3.5.	Presidencialismo de Coalizão.....	829
7.6.	Federações de Partidos Políticos.....	805	2.4.	Regimes de Governo.....	829
8.	Ações Afirmativas e Eleições: medidas para assegurar a representatividade das minorias.....	807	2.4.1.	Autocracia.....	829
8.1.	Ações Afirmativas relativas às mulheres.....	807	2.4.2.	Democracia.....	830
8.2.	Ações Afirmativas relativas aos negros.....	809	3.	Espécies (tipos ou modos) de Federalismo.....	833
9.	Quadro Sinóptico.....	810	3.1.	Quanto à (ou formação) do federalismo.....	833
			3.2.	Quanto à concentração de poder.....	834
			3.3.	Quanto à repartição de competências.....	835
			3.4.	Quanto ao equacionamento das desigualdades.....	835
			3.5.	Quanto às esferas integrantes da federação.....	835
			4.	O Federalismo Brasileiro.....	836
			4.1.	União.....	837
			4.1.1.	A autonomia da União.....	838
			4.1.2.	As competências da União.....	838
			4.1.3.	Os bens da União.....	838
			4.1.4.	Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico.....	839
			4.2.	Estados.....	840
			4.2.1.	A autonomia dos Estados.....	840
			4.2.2.	As competências dos Estados.....	840

TÍTULO IV

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E DOS PODERES

CAPÍTULO XIV – ORGANIZAÇÃO DO ESTADO.....

1.	Introdução.....	819
1.1.	Conceito de Estado.....	819
1.2.	Estado x Nação.....	819
1.3.	Elementos constitutivos do Estado.....	820

4.2.3.	Os bens dos Estados	840	7.4.	Repartição Vertical de Competências na CF/88.....	876
4.2.4.	Regiões Metropolitanas, Aglomerações Urbanas e Microrregiões	841	7.4.1.	Competências comuns	876
4.3.	Municípios.....	842	7.4.2.	Competências concorrentes	877
4.3.1.	A autonomia dos Municípios.....	843	7.4.3.	Competência legislativa concorrente dos Municípios	885
4.3.2.	As competências dos Municípios.....	843	7.4.4.	Conflito de competências verticais no enfrentamento à pandemia da COVID-19 causada pelo coronavírus ..	887
4.3.3.	Distritos.....	843	7.5.	Alteração da repartição de competências por Emenda à Constituição.....	889
4.4.	Distrito Federal.....	844	8.	Quadro Sinóptico	889
4.4.1.	A autonomia do Distrito Federal.....	844	CAPÍTULO XV – INTERVENÇÃO..... 895		
4.4.2.	As competências do Distrito Federal..	845	1.	Introdução, conceito e histórico.....	895
4.5.	Territórios Federais.....	845	2.	Princípios que regem a intervenção.....	896
5.	Formação de novos Estados e novos Municípios.....	846	2.1.	Princípio da Excepcionalidade	896
5.1.	Processos de formação de novos Estados e novos Municípios	847	2.2.	Princípio da Taxatividade.....	896
5.2.	Requisitos para formação de novos Estados	848	2.3.	Princípio da Temporalidade	896
5.2.1.	Normas aplicáveis após a criação de novo Estado.....	849	3.	Espécies de Intervenção na CF/88	897
5.3.	Requisitos para formação de novos Municípios.....	850	4.	Intervenção Federal	897
6.	Vedações constitucionais aos Entes Federados	852	4.1.	Hipóteses materiais que autorizam a intervenção	897
7.	Repartição Constitucional de Competências.....	853	4.2.	Processos formais para a decretação da intervenção	899
7.1.	Conflito de competências.....	853	4.2.1.	Intervenção Espontânea (de ofício)	900
7.1.1.	Há hierarquia entre normas federais, estaduais e municipais?.....	854	4.2.2.	Intervenção Provocada por Solicitação	900
7.1.2.	Princípios norteadores do conflito de competências.....	854	4.2.3.	Intervenção Provocada por Requisição	901
7.2.	Técnicas de Repartição de Competências... 856		4.3.	O decreto interventivo.....	903
7.3.	Repartição Horizontal de Competências na CF/88.....	856	4.4.	A oitiva do Conselho da República e do Conselho da Defesa.....	903
7.3.1.	Competências exclusivas da União.....	856	4.5.	O interventor	903
7.3.2.	Competências privativas da União.....	860	4.6.	A cessação da intervenção.....	904
7.3.3.	Competências remanescentes (ou residual) dos Estados.....	871	4.7.	Controle político pelo Congresso Nacional	904
7.3.4.	Competência legislativa dos Municípios.....	872	4.8.	Controle judicial	905
7.3.5.	Competências administrativas dos Municípios	874	5.	Intervenção Estadual.....	905
7.3.6.	Competências cumulativas do Distrito Federal.....	876	6.	Sistematização das hipóteses de intervenção (federal e estadual) com os processos de decretação.....	907
			7.	Quadro Sinóptico	908

CAPÍTULO XVI – PODER LEGISLATIVO	913	7. Estatuto dos Congressistas.....	940
1. Introdução.....	913	7.1. Imunidades.....	940
2. Atribuições.....	914	7.1.1. Imunidade Material	941
3. Estrutura EXTERNA do Poder Legislativo.....	914	7.1.2. Imunidade Formal em relação à prisão	947
4. Composição e Atribuições.....	915	7.1.2.1. Medidas cautelares diversas	
4.1. Congresso Nacional.....	915	da prisão.....	950
4.2. Câmara dos Deputados.....	917	7.1.3. Imunidade Formal em relação ao	
4.3. Senado Federal.....	918	processo.....	951
4.4. Assembleias Legislativas.....	920	7.1.4. Imunidade Testemunhal	954
4.5. Câmara Legislativa do Distrito Federal	922	7.1.5. Imunidades dos demais membros do	
4.6. Câmaras Municipais.....	922	Poder Legislativo.....	954
5. Estrutura interna do poder legislativo	925	7.2. Foro por prerrogativa de função.....	955
5.1. Plenário.....	925	7.2.1. Foro por prerrogativa de função dos	
5.2. Mesas Diretoras	925	parlamentares federais.....	956
5.3. Comissões	927	7.2.2. Foro por prerrogativa de função dos	
5.3.1. Comissão Representativa do Congres-		parlamentares estaduais e distritais.....	958
so Nacional	928	7.2.3. Foro por prerrogativa de função dos	
5.3.2. Comissão Parlamentar de Inquérito	929	parlamentares municipais	959
5.3.2.1. Requisitos	930	7.3. Incompatibilidades.....	960
5.3.2.2. Limites: normas que a CPI		7.4. Perda de Mandato.....	961
deve observar.....	931	7.4.1. Cassação do Mandato.....	961
5.3.2.3. Poderes: o que a CPI pode		7.4.2. Extinção do Mandato.....	964
sem ordem judicial.....	932	7.4.3. Hipóteses que não ensejam a perda	
5.3.2.4. Impedimentos: o que a CPI		de mandato.....	965
não pode	934	7.5. Sistematização das competências para	
5.3.2.5. Controle judicial dos atos		decidir sobre a perda de mandato e para	
praticados pela CPI.....	936	julgamento de crimes comuns.....	966
5.3.2.6. Relatório final e conclusões		8. Fiscalização contábil, Financeira e Orçamen-	
das CPIs.....	936	tária	966
5.4. Polícia.....	936	8.1. Sistema Interno de Controle.....	966
6. Funcionamento do Poder Legislativo	937	8.2. Sistema Externo de Controle.....	967
6.1. Legislatura.....	937	8.3. Tribunal de Contas da União (TCU).....	967
6.2. Sessão legislativa ordinária.....	937	8.3.1. Composição do TCU	968
6.3. Período Legislativo.....	937	8.3.2. Garantias dos Ministros do TCU.....	968
6.4. Sessão preparatória	938	8.3.3. Atribuições do TCU	969
6.5. Sessão ordinária	938	8.3.4. Rejeição de contas e inelegibilidade	973
6.6. Sessão extraordinária.....	938	8.3.5. Ministério Público junto ao Tribunal	
6.7. Sessão legislativa extraordinária.....	939	de Contas da União	974
6.8. Quóruns.....	939	8.4. Tribunal de Contas dos Estados e do	
		Distrito Federal.....	976
		8.5. Fiscalização das Contas Municipais	978

8.5.1. Regime Jurídico do Tribunal de Contas dos Municípios e do Tribunal de Contas do Município.....	980
9. Quadro Sinóptico	981

CAPÍTULO XVII – PROCESSO LEGISLATIVO. 989

1. Conceito.....	989
2. Espécies normativas primárias	989
3. Classificação do processo legislativo.....	991
3.1. Processo Legislativo Remoto.....	992
4. Fases do processo legislativo	993
5. Processo Legislativo Ordinário	993
5.1. Fase Introdutória (iniciativa).....	993
5.1.1. Iniciativa privativa do Presidente da República.....	994
5.1.2. Iniciativa popular de lei.....	997
5.2. Fase Constitutiva: regime de tramitação, discussão, votação, sanção e veto	997
5.3. Fase Complementar.....	1002
5.4. Sistematização do processo legislativo ordinário	1003
5.5. Especificidades das Leis Orçamentárias e Financeiras.....	1004
6. Processo Legislativo Sumário: Regime Constitucional de Urgência	1005
6.1. Regime de Urgência Legislativo?.....	1005
7. Processo legislativo das Leis Complementares.....	1006
8. Processo legislativo das Leis Delegadas.....	1009
9. Processo legislativo das Medidas Provisórias..	1012
9.1. Conceito.....	1012
9.2. Pressupostos constitucionais legitimadores.....	1012
9.3. Prazo de vigência.....	1013
9.4. Limites materiais à edição	1013
9.5. Procedimento de tramitação.....	1015
9.6. Regime de Urgência nas Medidas Provisórias	1016
9.7. A rejeição das Medidas Provisórias e seus efeitos	1017
9.8. Revogação.....	1017

9.9. Vedação à reedição de Medidas Provisórias	1017
9.10. Controle de constitucionalidade das Medidas Provisórias.....	1018
9.11. Medidas Provisórias Estaduais e Municipais	1018
9.12. Diferenças do regime das Medidas Provisórias antes e depois da EC nº 32/2001..	1019
9.13. Diferenças entre a Medida Provisória e o antigo Decreto-Lei utilizado pelas ditaduras.....	1019
10. Processo legislativo dos Decretos Legislativos	1020
11. Processo legislativo das Resoluções.....	1021
12. Processo legislativo das Emendas à Constituição	1021
13. Processo de incorporação de tratados internacionais	1024
14. Quadro Sinóptico	1026

CAPÍTULO XVIII – PODER EXECUTIVO1037

1. Introdução.....	1037
2. Estruturas Organizacionais.....	1038
3. Presidencialismo.....	1038
4. Presidente da República.....	1040
4.1. Requisitos para o cargo.....	1040
4.2. Modo de investidura: eleição, sistema eleitoral, mandato e posse	1040
4.3. Impedimento e Vacância: a linha de substituição e sucessão do Presidente.....	1042
4.4. Licença.....	1044
4.5. Atribuições do Presidente da República....	1044
5. Vice-Presidente da República.....	1048
5.1. Requisitos para o cargo.....	1048
5.2. Modo de investidura.....	1049
5.3. Atribuições do Vice-Presidente da República	1049
6. Ministros de Estado.....	1049
6.1. Requisitos para o cargo.....	1049
6.2. Modo de investidura.....	1050
6.3. Atribuições dos Ministros de Estado.....	1050
6.4. Prerrogativa de foro	1051

7.	Conselho da República e Conselho da Defesa.....	1051	15.	Perda do Mandato do Presidente da República	1070
7.1.	Conselho da República.....	1051	16.	Perda do Mandato dos Governadores e dos Prefeitos.....	1070
7.2.	Conselho da Defesa.....	1052	17.	Quadro Sinóptico.....	1071
8.	Governadores e Prefeitos.....	1053	CAPÍTULO XIX – PODER JUDICIÁRIO.....		1077
8.1.	Governadores.....	1053	1.	Introdução.....	1077
8.1.1.	Requisitos para o cargo.....	1053	2.	Organização do Poder Judiciário.....	1079
8.1.2.	Modo de investidura	1053	2.1.	Estrutura Orgânica.....	1079
8.1.3.	Dupla vacância e eleição indireta dos demais Chefes do Poder Executivo....	1054	2.2.	Justiça Comum e Justiça Especial.....	1080
8.1.4.	Vacância do cargo de Vice-Governador e eleição indireta avulsa	1055	2.3.	Graus e Instâncias de Jurisdição	1081
8.2.	Prefeitos	1055	2.4.	Funções nomofilática e dikelógica dos Tribunais Superiores	1082
8.2.1.	Requisitos para o cargo.....	1055	2.5.	Funções das Supremas Cortes e dos Tribunais Constitucionais, segundo Luís Roberto Barroso.....	1082
8.2.2.	Modo de investidura	1055	3.	Disposições Gerais (art. 93 da CF/88).....	1086
9.	Imunidades	1056	3.1.	Ingresso na carreira.....	1086
9.1.	Imunidades do Presidente da República....	1056	3.2.	Promoção	1087
9.2.	Imunidades dos Governadores e dos Prefeitos	1057	3.3.	Domicílio, remoção, permuta e disponibilidade.....	1088
9.3.	Depoimento dos Chefes do Poder Executivo como Testemunhas e como Réus	1057	3.4.	Subsídio	1090
10.	Crimes de Responsabilidade.....	1058	3.5.	Aposentadoria.....	1091
10.1.	Crimes de Responsabilidade do Presidente da República.....	1058	3.6.	Publicidade e motivação das decisões.....	1092
10.1.1.	Procedimento de Apuração de Crimes de Responsabilidade do Presidente da República.....	1059	3.7.	Órgão Especial.....	1092
10.1.2.	Sanções impostas ao Presidente pela condenação por crime de responsabilidade.....	1061	3.8.	Regras atinentes à atividade jurisdicional..	1092
11.	Crimes comuns do Presidente da República... 1062		4.	Garantias do Poder Judiciário.....	1093
11.1.	Procedimento de apuração de crimes comuns do Presidente da República.....	1062	4.1.	Garantias Institucionais.....	1093
12.	Crimes comuns e de responsabilidade dos Governadores: imunidades, prerrogativa de foro e sanções.....	1064	4.1.1.	Garantias de Autonomia Organizacional e Administrativa	1093
13.	Crimes comuns e de responsabilidade dos Prefeitos: imunidades, prerrogativa de foro e sanções.....	1066	4.1.2.	Garantias de Autonomia Financeira....	1094
14.	Sistematização: competência para julgamento dos chefes do Poder Executivo.....	1070	4.2.	Garantias Funcionais.....	1095
			4.3.	Vedações aos magistrados.....	1096
			4.4.	Prerrogativa de Foro.....	1096
			5.	Quinto constitucional	1098
			6.	Cláusula de reserva de plenário.....	1101
			7.	Conselho Nacional de Justiça	1101
			7.1.	Composição.....	1101
			7.2.	Competências.....	1102

7.3. Controle judicial da atuação do CNJ	1104	14.3. Federalização.....	1138
8. Supremo Tribunal Federal.....	1105	15. Justiça Estadual.....	1139
8.1. Composição.....	1105	15.1. Justiça Militar Estadual.....	1140
8.2. Competências.....	1106	16. Juizados Especiais.....	1140
8.2.1. Competências Originárias.....	1107	17. Justiça de Paz.....	1141
8.2.2. Competências Recursais Ordinárias.....	1114	18. Regime de Precatórios	1141
8.2.3. Competências Recursais Extraordinárias..	1114	19. Cartórios: serviços notariais e registrais.....	1142
9. Súmulas Vinculantes	1118	20. Tabela resumo: competência constitucional para julgamento de autoridades com foro por prerrogativa nos tribunais.....	1143
9.1. Conceito	1119	21. Quadro Sinóptico.....	1144
9.2. Competência	1120		
9.3. Pressupostos	1120		
9.4. Objeto.....	1121		
9.5. O efeito vinculante.....	1121		
9.6. Edição, revisão e cancelamento de Súmula Vinculante.....	1122		
9.7. Reclamação Constitucional e o descumprimento ou inobservância da Súmula Vinculante.....	1123		
10. Superior Tribunal de Justiça.....	1124		
10.1. Composição.....	1124		
10.2. Competências.....	1126		
10.2.1. Competências Originárias.....	1126		
10.2.2. Competências Recursais Ordinárias....	1126		
10.2.3. Competências Recursais Especiais.....	1127		
11. Justiça do Trabalho.....	1128		
11.1. Tribunal Superior do Trabalho.....	1128		
11.2. Tribunais Regionais do Trabalho.....	1129		
11.3. Juizes do Trabalho	1129		
11.4. Competências.....	1130		
12. Justiça Eleitoral	1132		
12.1. Tribunal Superior Eleitoral.....	1132		
12.2. Tribunais Regionais Eleitorais.....	1133		
12.3. Juizes eleitorais e juntas eleitorais	1133		
12.4. Competências.....	1133		
13. Justiça Militar	1134		
14. Justiça Federal.....	1134		
14.1. Tribunais Regionais Federais.....	1135		
14.2. Juizes Federais.....	1136		
		CAPÍTULO XX – FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA.....	1151
		1. Introdução.....	1151
		2. Ministério Público.....	1151
		2.1. Histórico, Definição e Natureza.....	1151
		2.2. Princípios Institucionais.....	1153
		2.3. Ingresso na Carreira.....	1155
		2.4. Garantias dos membros do Ministério Público.....	1156
		2.4.1. Garantias Institucionais	1156
		2.4.2. Garantias Funcionais.....	1157
		2.4.3. Vedações aos membros do Ministério Público.....	1158
		2.4.4. Prerrogativa de assento à direita dos juizes	1159
		2.5. Organização e composição do Ministério Público.....	1159
		2.5.1. Ministério Público Eleitoral	1161
		2.5.2. Conflitos de Atribuições	1163
		2.6. Procurador Geral da República	1164
		2.7. Procurador Geral de Justiça.....	1165
		2.8. Prerrogativa de Foro	1166
		2.9. Funções Institucionais do Ministério Público.....	1168
		2.9.1. Poder de Investigação Criminal Própria	1170
		2.10. Conselho Nacional do Ministério Público.....	1172
		2.10.1. Composição.....	1173

2.10.2. Competências.....	1173	5.10. Advogado da Justiça Militar.....	1207
2.10.3. Controle judicial da atuação do CNMP	1175	6. Quadro Sinóptico.....	1207
2.11. Ministério Público nos Tribunais de Con- tas.....	1176	CAPÍTULO XXI – DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS..... 1215	
3. Advocacia Pública.....	1176	1. Introdução: sistema constitucional de crises...	1215
3.1. Advocacia Geral da União.....	1178	2. Princípios Informadores.....	1216
3.1.1. Organização da Advocacia Geral da União: carreiras da advocacia pública federal.....	1178	3. Estado de Defesa.....	1217
3.1.2. Membros da Advocacia Geral da União e Ingresso na Carreira.....	1179	3.1. Introdução.....	1217
3.1.3. Advogado Geral da União.....	1179	3.2. Hipóteses de decretação.....	1217
3.2. Procuradoria dos Estados e do Distrito Federal: regime jurídico constitucional.....	1180	3.3. Titularidade.....	1218
3.2.1. Princípio da unicidade.....	1182	3.4. Requisitos formais.....	1218
3.2.2. Procurador Geral do Estado.....	1184	3.5. Procedimento.....	1218
3.3. Procuradoria dos Municípios.....	1185	3.6. Prazo de duração.....	1219
4. Advocacia Privada.....	1186	3.7. Abrangência.....	1219
4.1. Habilitação Profissional.....	1187	3.8. Medidas coercitivas.....	1219
4.2. Ordem dos Advogados do Brasil.....	1188	3.9. Controle da medida.....	1220
4.3. Princípio da Indisponibilidade do Advoga- do.....	1190	4. Estado de Sítio.....	1221
4.4. Princípio da Inviolabilidade do Advogado	1191	4.1. Introdução.....	1221
4.5. Direitos do Advogado.....	1192	4.2. Hipóteses de decretação.....	1221
5. Defensoria Pública.....	1195	4.3. Titularidade.....	1222
5.1. Organização das Defensorias Públicas.....	1195	4.4. Requisitos formais.....	1222
5.1.1. Defensor Público Geral.....	1197	4.5. Procedimento.....	1223
5.2. Autonomia Funcional, Administrativa e Financeira.....	1197	4.6. Prazo de duração.....	1223
5.3. Princípios Institucionais.....	1200	4.7. Abrangência.....	1224
5.4. Garantias dos Defensores Públicos.....	1201	4.8. Medidas coercitivas.....	1224
5.5. Prerrogativas dos Defensores Públicos.....	1202	4.9. Controle da medida.....	1225
5.5.1. Poder de Requisição da Defensoria Pública.....	1203	4.10. Tabela Resumo Comparativa: Estado de Defesa x Estado de Sítio.....	1226
5.6. Vedações aos Defensores Públicos.....	1204	5. Forças Armadas.....	1227
5.7. Destinatários dos serviços da Defensoria Pública.....	1205	5.1. Normas gerais.....	1229
5.8. Atuação da Defensoria Pública.....	1205	5.2. Serviço Militar Obrigatório.....	1232
5.9. Serviço Municipal de Prestação de Assis- tência Jurídica.....	1207	6. Segurança Pública.....	1232
		6.1. Órgãos de Segurança Pública.....	1233
		6.2. Órgãos Federais.....	1234
		6.3. Órgãos Estaduais.....	1235
		6.4. Órgãos do Distrito Federal.....	1238
		6.5. Órgãos Municipais.....	1239

6.6.	Segurança viária	1240
6.7.	Proibição de greve.....	1240
6.8.	Redução da letalidade policial e controle judicial das violações aos direitos humanos pelas forças de segurança pública: "ADPF das Favelas"	1241
7.	Quadro Sinóptico.....	1242

TÍTULO V

ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

CAPÍTULO XXII – ORDEM ECONÔMICA1251

1.	Fundamentos e Princípios da Ordem Econômica.....	1251
2.	Atuação do Estado na Ordem Econômica.....	1255
2.1.	Atuação Indireta do Estado na Economia.....	1256
2.2.	Atuação Direta do Estado na Economia.....	1257
3.	Política Urbana	1259
4.	Política Agrícola, Fundiária e Reforma Agrária	1261
5.	Sistema Financeiro Nacional.....	1263
6.	Quadro Sinóptico	1264

CAPÍTULO XXIII – ORDEM SOCIAL1267

1.	Introdução.....	1267
2.	Seguridade Social.....	1267
2.1.	Objetivos	1267
2.2.	Financiamento e Orçamento	1269
3.	Saúde.....	1271
3.1.	Diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).....	1271
3.2.	Custeio do Sistema Único de Saúde.....	1273
3.3.	Assistência à saúde pela iniciativa privada	1274
3.4.	Competências do Sistema Único de Saúde	1275
3.5.	Judicialização da saúde e as principais decisões do STF e do STJ sobre o direito à saúde	1275
3.5.1.	Principais decisões relativas à concessão de medicamentos pelo SUS	1278

3.5.2.	Principais decisões relativas à pandemia da COVID-19	1282
3.5.3.	Vacinação Obrigatória	1284
4.	Previdência Social.....	1285
4.1.	Organização.....	1286
4.2.	Benefícios.....	1286
4.3.	Valor dos benefícios, cálculo, limites e reajuste	1287
4.4.	Previdência Privada	1288
5.	Assistência Social.....	1289
5.1.	Assistência Social Temporária Eleitoral: reconhecimento de estado de emergência decorrente da elevação dos preços do petróleo, combustíveis e seus derivados e medidas assistencialistas.....	1290
6.	Educação.....	1291
6.1.	Princípios informadores do ensino.....	1291
6.2.	Efetivação do dever do Estado com a educação	1293
6.3.	O ensino pela iniciativa privada.....	1294
6.4.	Competência dos entes federados em relação ao ensino.....	1294
6.5.	Custeio da educação e aplicação dos recursos públicos na manutenção e desenvolvimento do ensino.....	1295
6.5.1.	FUNDEB: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.....	1296
6.5.2.	Desresponsabilização pelo descumprimento, nos exercícios financeiros de 2020 e 2021, do mínimo constitucional na manutenção e desenvolvimento do ensino.....	1297
6.6.	Plano Nacional de Educação	1298
6.7.	Judicialização da educação e as principais decisões do STF e do STJ sobre o direito à educação	1298
7.	Cultura.....	1301
7.1.	Patrimônio cultural brasileiro	1302
7.2.	Plano Nacional de Cultura.....	1303
7.3.	Sistema Nacional de Cultura	1303
8.	Desporto	1304

8.1. Justiça Desportiva.....	1305	3. Espécies (ou tipos) de inconstitucionalidade .	1346
8.2. Direito ao lazer.....	1305	3.1. Inconstitucionalidade formal e material	1346
9. Ciência, Tecnologia e Inovação.....	1306	3.2. Inconstitucionalidade por ação e por omissão	1347
10. Comunicação Social.....	1307	3.3. Inconstitucionalidade originária e super-veniente	1348
10.1. Liberdade de informação jornalística.....	1307	3.4. Inconstitucionalidade total e parcial	1350
10.2. Princípios regentes da produção e da programação das emissoras de rádio e televisão	1308	3.5. Inconstitucionalidade direta e indireta	1350
10.3. Propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens	1309	3.6. Inconstitucionalidade circunstancial	1351
10.4. Concessão, permissão e autorização de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.....	1309	3.7. Inconstitucionalidade por vício de decoro parlamentar.....	1352
11. Meio Ambiente.....	1309	3.8. Inconstitucionalidade útil	1352
11.1. Responsabilidade por danos ambientais....	1311	3.9. Inconstitucionalidade Chapada.....	1352
11.2. Judicialização do meio ambiente e as principais decisões do STF e do STJ sobre o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado	1312	3.10. Inconstitucionalidade Progressiva	1353
12. Família, Criança, Adolescente, Jovem e Idoso	1315	3.11. Inconstitucionalização	1353
12.1. Família.....	1315	4. Classificação do controle de constitucionalidade	1353
12.2. Criança, Adolescente e Jovem.....	1325	4.1. Quanto ao parâmetro do controle.....	1353
12.2.1. Inimputabilidade penal da criança e do adolescente.....	1327	4.2. Quanto ao objeto do controle.....	1354
12.3. Idoso.....	1329	4.3. Quanto ao momento da realização do controle.....	1355
13. Índios	1330	4.4. Quanto à natureza do órgão competente para o controle	1355
13.1. Princípio da proteção da identidade e o reconhecimento do direito à diferença.....	1331	4.5. Quanto ao número de órgãos judiciais competentes para o controle	1356
13.2. O direito à terra indígena.....	1332	4.6. Quanto à finalidade do controle do controle judicial.....	1356
13.3. A defesa dos direitos e interesses indígenas em juízo.....	1336	4.7. Quanto ao modo de manifestação do controle judicial	1357
14. Quadro Sinóptico	1337	4.8. Quanto à supremacia do controle judicial....	1357
		5. Breve histórico dos modelos de controle de constitucionalidade	1357
		5.1. O surgimento do controle de constitucionalidade moderno no sistema estadunidense (difuso) da judicial review of legislation....	1359
		5.2. O sistema austríaco (concentrado) de controle de constitucionalidade idealizado por Hans Kelsen.....	1362
		5.3. O sistema francês (político) de controle de constitucionalidade e o Conselho Constitucional	1363

TÍTULO VI

JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL

CAPÍTULO XXIV – CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE1345

1. Conceito	1345
2. Pressupostos	1345

6.	Evolução histórica do controle de constitucionalidade no Brasil	1364	9.1.	Conceito.....	1381
6.1.	Constituição de 1824.....	1364	9.2.	Legitimidade ativa	1381
6.2.	Constituição de 1891.....	1364	9.3.	Competência	1386
6.3.	Constituição de 1934.....	1365	9.4.	Parâmetro constitucional.....	1387
6.4.	Constituição de 1937.....	1365	9.5.	Objeto.....	1388
6.5.	Constituição de 1946.....	1366	9.6.	Procedimento	1391
6.6.	Constituição de 1967.....	1366	9.7.	Impedimento e Suspeição dos Ministros..	1396
6.7.	Constituição de 1969 (Emenda Constitucional nº 1, de 1969).....	1366	9.8.	Medida cautelar.....	1396
6.8.	Constituição de 1988.....	1367	9.8.1.	Fundamentos	1396
7.	Controle Difuso de Constitucionalidade	1368	9.8.2.	Procedimento.....	1397
7.1.	Parâmetro	1369	9.8.3.	Efeitos.....	1397
7.2.	Objeto.....	1369	9.9.	Julgamento.....	1398
7.3.	Legitimidade	1370	9.9.1.	Quóruns.....	1398
7.4.	Competência	1370	9.9.2.	Recorribilidade.....	1399
7.5.	A inconstitucionalidade declarada pelos tribunais: procedimento e cláusula de reserva de plenário	1370	9.9.3.	Momento inicial da produção de efeitos da decisão	1399
7.6.	Efeitos da Decisão.....	1374	9.9.4.	Efeitos da decisão procedente da ADI	1399
7.6.1.	Efeitos temporais.....	1374	9.9.4.1.	Efeitos temporais: efeitos ex tunc e modulação (manipulação) de efeitos..	1399
7.6.1.1.	Modulação dos efeitos temporais.....	1374	9.9.4.1.1.	Eficácia temporal de sentença transitada em julgado fundada em norma supervenientemente declarada inconstitucional pelo STF em controle concentrado	1401
7.6.2.	Efeitos quanto ao aspecto subjetivo..	1375	9.9.4.2.	Oponibilidade dos efeitos: efeitos erga omnes e modulação (manipulação) de efeitos.....	1401
7.6.2.1.	A atuação do Senado Federal no controle difuso.....	1376	9.9.4.3.	Efeitos vinculantes	1401
7.6.2.2.	A abstrativização dos efeitos nos Recursos Extraordinários com Repercussão Geral reconhecida.....	1377	9.9.4.4.	Efeitos normativos abstratos.....	1404
7.6.2.3.	A abstrativização (ou objetivação) dos efeitos no controle difuso: mutação constitucional?	1377	9.9.5.	Efeitos da decisão improcedente da ADI	1405
7.6.3.	Teoria da transcendência dos motivos determinantes e efeitos das decisões do STF em controle difuso de constitucionalidade	1379	9.10.	Procedimento Diferenciado na ADI	1405
7.7.	Tipos de ação no controle difuso de constitucionalidade	1379	9.11.	Celebração de acordo em ações de controle concentrado de constitucionalidade	1406
8.	Controle Concentrado de Constitucionalidade	1380	10.	Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC)	1407
9.	Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ..	1381	10.1.	Conceito.....	1407
			10.2.	Finalidade.....	1407

10.3. Caráter dúplice (ou ambivalente) entre a ADI e a ADC	1408	12.3. Competência	1424
10.4. Legitimidade ativa	1408	12.4. Espécies de ADPF	1424
10.5. Competência	1408	12.5. Parâmetro constitucional.....	1425
10.6. Parâmetro constitucional.....	1408	12.6. Objeto.....	1426
10.7. Objeto.....	1409	12.7. Princípio da Subsidiariedade da ADPF	1428
10.8. Procedimento	1409	12.8. Procedimento	1430
10.9. Medida cautelar.....	1411	12.9. Medida liminar.....	1431
10.9.1. Fundamentos	1411	12.10. Julgamento.....	1433
10.9.2. Procedimento.....	1411	12.10.1. Quóruns.....	1433
10.9.3. Efeitos.....	1412	12.10.2. Recorribilidade.....	1433
10.10. Julgamento.....	1412	12.10.3. Momento inicial da produção de efeitos da decisão	1433
10.10.1. Quóruns.....	1412	12.10.4. Efeitos da decisão da ADPF.....	1433
10.10.2. Recorribilidade.....	1413	12.10.5. Modulação de efeitos da decisão da ADPF	1434
10.10.3. Momento inicial da produção de efeitos da decisão	1413	12.11. Tabela Resumo Comparativa: ADI x ADC x ADO x ADPF.....	1434
10.10.4. Efeitos da decisão da ADC.....	1413	13. Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva (ADI Interventiva)	1435
10.10.5. Modulação de efeitos da decisão da ADC.....	1413	13.1. Conceito.....	1436
11. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO)	1414	13.2. Finalidade.....	1436
11.1. Conceito.....	1414	13.3. Legitimidade.....	1436
11.2. Legitimidade ativa	1414	13.4. Competência	1436
11.3. Competência	1414	13.5. Parâmetro constitucional.....	1437
11.4. Parâmetro constitucional.....	1414	13.6. Objeto.....	1437
11.5. Objeto.....	1415	13.7. Procedimento	1438
11.6. Espécies de ADO	1417	13.8. Medida cautelar.....	1439
11.7. Procedimento	1417	13.9. Julgamento.....	1439
11.8. Medida cautelar.....	1419	13.9.1. Quóruns.....	1439
11.9. Julgamento.....	1420	13.9.2. Recorribilidade.....	1440
11.9.1. Quóruns.....	1420	13.9.3. Publicação da decisão da ADI Interventiva.....	1440
11.9.2. Recorribilidade.....	1420	13.9.4. Efeitos da decisão da ADI Interventiva.....	1440
11.9.3. Momento inicial da produção de efeitos da decisão	1420	13.10. Tabela Resumo: ADI Interventiva.....	1440
11.9.4. Efeitos da decisão da ADO.....	1420	14. Controle de Constitucionalidade Estadual	1441
12. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF)	1423	14.1. Controle Difuso de Constitucionalidade Estadual	1442
12.1. Conceito.....	1424		
12.2. Legitimidade ativa	1424		

14.2. Controle Concentrado de Constitucionalidade Estadual.....	1442
14.2.1. Legitimidade.....	1442
14.2.2. Competência.....	1443
14.2.3. Objeto.....	1443
14.2.4. Parâmetro constitucional.....	1443
14.2.4.1. A Constituição Estadual como parâmetro.....	1444
14.2.4.2. A Constituição Federal como parâmetro.....	1444
14.2.4.3. A relação entre o parâmetro e o cabimento de Recurso Extraordinário contra decisões do TJ em controle concentrado de constitucionalidade estadual.....	1445
14.2.4.4. A relação entre o parâmetro e o cabimento simultâneo de ações de controle concentrado de constitucionalidade estadual e federal.....	1447
14.2.4.5. Leis Orgânicas dos Municípios como parâmetro de controle de constitucionalidade estadual concentrado pelo TJ?.....	1448
14.2.5. Efeitos da decisão em ação de controle concentrado de constitucionalidade estadual.....	1448
14.2.6. Ações de Controle concentrado estadual.....	1449
15. Controle de Convencionalidade.....	1449
15.1. O pressuposto da discussão: breve análise sobre a hierarquia dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos (TIDH).....	1449
15.2. Uma introdução ao controle de convencionalidade: conceito e classificação.....	1451
15.3. Controle de convencionalidade externo e interno (difuso e concentrado): aplicação da teoria ao caso brasileiro.....	1453
15.4. Controle de convencionalidade, possíveis conflitos entre normas da Constituição e normas de TIDH e o princípio pro homine.....	1457
16. Técnicas decisórias avançadas em controle de constitucionalidade.....	1460

16.1. Interpretação conforme a Constituição.....	1460
16.2. Declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto.....	1461
16.3. Declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade.....	1461
16.4. Declaração de constitucionalidade de lei "ainda" constitucional (inconstitucionalidade progressiva).....	1462
16.5. Sentenças Intermediárias.....	1462
16.5.1. Sentenças (Intermediárias) Normativas: sentenças interpretativas; sentenças aditivas; sentenças aditivas de princípio; e sentenças substitutivas.....	1463
16.5.2. Sentenças (Intermediárias) Transitivas/Transacionais: sentenças de inconstitucionalidade sem efeito ablativo; sentenças de inconstitucionalidade com ablação diferida; sentenças de apelo (apelativas); sentenças de aviso.....	1464
16.6. Estado de Coisas Inconstitucional.....	1465
17. Quadro Sinóptico.....	1467

CAPÍTULO XXV – AÇÕES CONSTITUCIONAIS.....1483

1. Introdução.....	1483
2. Habeas corpus.....	1483
2.1. Notas históricas.....	1483
2.2. Conceito.....	1484
2.3. Natureza jurídica.....	1484
2.4. Finalidade.....	1485
2.5. Notas terminológicas.....	1485
2.6. Espécies.....	1485
2.6.1. Habeas corpus coletivo.....	1486
2.7. Cabimento.....	1486
2.7.1. Habeas Corpus Cível.....	1490
2.8. Legitimidade Ativa.....	1490
2.9. Legitimidade Passiva.....	1491
2.10. Competência.....	1492
2.11. Sistema Recursal.....	1493
2.12. Procedimento.....	1494
2.13. Liminar.....	1495

2.14. Decisão.....	1496	5.13. Decisão, Efeitos e Recursos.....	1527
3. Habeas data	1497	6. Mandado de Injunção	1528
3.1. Conceito.....	1497	6.1. Conceito.....	1528
3.2. Cabimento	1497	6.2. Finalidades.....	1528
3.3. Legitimidade Ativa.....	1499	6.3. Espécies.....	1528
3.4. Legitimidade Passiva.....	1499	6.4. Requisitos.....	1529
3.5. Competência.....	1500	6.5. Cabimento.....	1531
3.6. Procedimento.....	1501	6.6. Legitimidade Ativa.....	1532
3.7. Liminar.....	1503	6.7. Legitimidade Passiva.....	1533
3.8. Decisão, Efeitos e Recursos.....	1503	6.8. Competência.....	1533
4. Mandado de Segurança	1503	6.9. Procedimento.....	1536
4.1. Conceito.....	1503	6.10. Liminar.....	1537
4.2. Espécies.....	1504	6.11. Decisão, Efeitos e Recursos.....	1537
4.3. Requisitos.....	1504	7. Ação Popular	1540
4.3.1. Direito Líquido e Certo.....	1506	7.1. Notas históricas.....	1540
4.4. Cabimento.....	1507	7.2. Conceito.....	1541
4.5. Legitimidade Ativa.....	1509	7.3. Espécies.....	1541
4.6. Legitimidade Passiva.....	1510	7.4. Requisitos.....	1541
4.7. Competência.....	1512	7.5. Cabimento.....	1543
4.8. Prazo para impetração do Mandado de Segurança.....	1515	7.6. Legitimidade Ativa.....	1544
4.9. Procedimento.....	1517	7.7. Legitimidade Passiva.....	1545
4.10. Liminar.....	1518	7.8. Competência.....	1546
4.11. Decisão, Efeitos e Recursos.....	1520	7.9. Procedimento.....	1546
5. Mandado de Segurança Coletivo	1522	7.9.1. Prazo para impetração da Ação Po- pular.....	1547
5.1. Conceito.....	1522	7.9.2. Liminar.....	1547
5.2. Finalidades.....	1522	7.9.3. Atuação do Ministério Público.....	1547
5.3. Objeto de proteção.....	1522	7.10. Decisão, Efeitos e Recursos.....	1548
5.4. Espécies.....	1524	8. Reclamação.....	1549
5.5. Requisitos.....	1524	8.1. Conceito.....	1549
5.6. Cabimento.....	1525	8.2. Natureza Jurídica.....	1549
5.7. Legitimidade Ativa.....	1525	8.3. Finalidades.....	1550
5.8. Legitimidade Passiva.....	1526	8.4. Objeto.....	1551
5.9. Competência.....	1526	8.5. Hipóteses de cabimento.....	1551
5.10. Prazo para impetração do Mandado de Segurança Coletivo.....	1526	8.5.1. Para preservar a competência do Tribunal.....	1552
5.11. Procedimento.....	1526	8.5.2. Para garantir a autoridade das decisões do Tribunal.....	1552
5.12. Liminar.....	1526		

8.5.3.	Para garantir a observância de súmula vinculante do STF	1553	8.6.	Legitimidade Ativa.....	1554
8.5.4.	Para garantir a observância de decisão do STF em controle concentrado de constitucionalidade.....	1554	8.7.	Legitimidade Passiva.....	1554
8.5.5.	Para garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência.....	1554	8.8.	Competência	1555
			8.9.	Procedimento	1555
			8.10.	Tutela Provisória de Urgência.....	1555
			8.11.	Decisão e efeitos	1556
			9.	Quadro Sinóptico	1556
				REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	1567